

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

ENTRE:

MEDEMPRESA – MEDICINA DE EMPRESA, S.A., com número de processo de autorização n.º 195 DGS para a prestação de serviços externos de Saúde do Trabalho, com sede na Avenida da República, n.º 57, 3.º andar, Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 502777354, com o capital social de cinquenta mil euros, representada pelos seus administradores, Exma. Senhora Dr.ª Carla Maria Ribeiro Godinho e Exmo. Senhor Dr. Paulo Mesquita Nunes Petrucci,

adiante designada por MEDEMPRESA,

E,

Quaternaire Portugal - Consultoria para o Desenvolvimento, SA, com sede na Rua Tomás Ribeiro n.º 412 2.º andar 4450-295 Matosinhos, registada na Conservatória do Registo Comercial do Porto 3.ª secção, sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 502 503 661, com o capital social de 325.000,00€, neste ato representado por Exma. Dra. Maria Elisa Pérez da Silva Babo e Exma. Arq. Ana Maria Moreira Freire de Moraes Barroco Parreira de Amaral,

adiante designada por EMPRESA

é celebrado o presente contrato nos termos das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

O objeto deste contrato é a prestação de serviços de organização e coordenação dos Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com a legislação vigente, na modalidade de serviços externos, nos termos dos números seguintes:

1. Cabe exclusivamente à EMPRESA avaliar a medida em que pretende que a MEDEMPRESA lhe assegure, no todo ou em parte, o desenvolvimento das atividades de organização dos serviços de Segurança e Saúde no trabalho, podendo ainda optar por diferentes modalidades de organização em cada um dos seus estabelecimentos.
2. Em face das opções tomadas pelo beneficiário dos serviços nos termos do número anterior, a MEDEMPRESA afetará os seus recursos para dispor em cada momento dos meios suficientes, que lhe permitam exercer as atividades principais de Segurança e de Saúde no Trabalho no cumprimento dos requisitos de exercício de atividade que lhe são aplicáveis.
3. Para efeitos do presente contrato considera-se serviços externos aquele que é desenvolvido por entidade legalmente autorizada que, mediante contrato com a EMPRESA, realiza atividades de Segurança ou de Saúde no Trabalho, desde que não seja serviço comum, o qual no caso concreto é de tipo privado.

CLÁUSULA 2.ª

(Enquadramento Legal)

1. De acordo, com o artigo 73.º - B da Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro, as atividades de organização do serviço de Segurança e Saúde no Trabalho que a MEDEMPRESA poderá assegurar, no todo ou em parte, à EMPRESA, são as seguintes:
 - a) Planear a prevenção, integrando, a todos os níveis e para o conjunto das atividades da empresa, a avaliação dos riscos e as respetivas medidas de prevenção;
 - b) Proceder à avaliação dos riscos, elaborando os respetivos relatórios;
 - c) Elaborar o plano de prevenção de riscos profissionais, bem como planos detalhados de prevenção e proteção exigidos por legislação específica;
 - d) Participar na elaboração do plano de emergência interno, incluindo os planos específicos de combate a incêndios, evacuação de instalações e primeiros socorros;
 - e) Colaborar na conceção de locais, métodos e organização do trabalho, bem como na escolha e na manutenção de equipamentos de trabalho;
 - f) Supervisionar o aprovisionamento, a validade, e a conservação dos equipamentos de proteção individual, bem como a instalação e a manutenção da sinalização de segurança;

- ML
H
- g) Realizar exames de vigilância da saúde, elaborando os relatórios e as fichas, bem como organizar e manter atualizados os registros clínicos e outros elementos informativos relativos ao trabalhador;
 - h) Desenvolver atividades de promoção da saúde;
 - i) Coordenar as medidas a adotar em caso de perigo grave e iminente;
 - j) Vigiar as condições de trabalho de trabalhadores em situações mais vulneráveis;
 - k) Conceber e desenvolver o programa de informação para a promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, promovendo a integração das medidas de prevenção nos sistemas de informação e comunicação da empresa;
 - l) Conceber e desenvolver o programa de formação para a promoção da Segurança e Saúde no Trabalho;
 - m) Apoiar as atividades de informação e consulta dos representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho ou, na sua falta, dos próprios trabalhadores;
 - n) Assegurar ou acompanhar a execução das medidas de prevenção, promovendo a sua eficiência e operacionalidade;
 - o) Organizar os elementos necessários às notificações obrigatórias;
 - p) Elaborar as participações obrigatórias em caso de acidente de trabalho ou doença profissional;
 - q) Coordenar ou acompanhar auditorias e avaliações internas;
 - r) Analisar as causas de acidentes de trabalho ou da ocorrência de doenças profissionais, elaborando os respetivos relatórios;
 - s) Recolher e organizar elementos estatísticos relativos à Segurança e à Saúde no Trabalho.
2. O presente contrato será acompanhado em cada momento de um Anexo, datado e assinado, pelas partes, que identifica o conjunto de serviços que estão contratados pela **EMPRESA** e o respetivo preço global.
3. Cabe à **EMPRESA** definir o âmbito dos serviços acima disponibilizados que deseja que lhe sejam prestados pela **MEDEMPRESA**, podendo para o efeito alargar ou reduzir o âmbito dos mesmos durante a vigência deste contrato conquanto notifique por escrito a **MEDEMPRESA** com a antecedência mínima adequada da sua decisão, nunca inferior a 48 horas.
4. O preço cobrado pela **MEDEMPRESA** dependerá do âmbito de serviços contratados em cada momento pela **EMPRESA**, pelo que a **MEDEMPRESA** responderá por escrito ao pedido de alargamento ou redução do âmbito dos serviços previsto no número anterior, incluído nessa resposta menção expressa ao ajustamento de preço pelos seus serviços sob a forma do anexo mencionado na cláusula número 5 do presente contrato.
5. Sempre que a prestação pela **MEDEMPRESA** das atividades referidas no nº 1 acima que a **EMPRESA** lhe tenha adjudicado possa implicar a adoção de medidas cuja concretização dependa essencialmente de outros responsáveis da **EMPRESA**, a **MEDEMPRESA** deve informá-los sobre as mesmas e as partes cooperarão ativa e diligentemente na sua execução.
6. A **MEDEMPRESA** compromete-se a prestar diligentemente os serviços que lhe sejam em cada momento contratados pela **EMPRESA** os quais serão executados sob a responsabilidade do médico de trabalho habilitado como responsável pelos serviços de acordo com a lei.

CLÁUSULA 3ª

(Deveres)

Para o bom e eficaz funcionamento dos serviços indicados nas Cláusulas 1ª e 2ª acima e visando dar cumprimento a todas as obrigações da **MEDEMPRESA**, a **EMPRESA** compromete-se a:

- a) Enviar à **MEDEMPRESA** a informação mínima necessária para efeitos de prestação dos serviços sobre ao universo dos colaboradores abrangente, através do *template* disponibilizado pela **MEDEMPRESA** que contém a informação necessária ao preenchimento da Ficha de Aptidão e à marcação dos exames;
- b) Informar a **MEDEMPRESA** das alterações existentes no número de trabalhadores ao serviço sempre que tal ocorra e a enviar uma relação atualizada dos trabalhadores ao seu serviço sempre que hajam alterações substanciais do quadro de pessoal;
- c) Providenciar o registo das informações necessárias sobre baixas/acidentes do trabalho e **admissões** de novos colaboradores no Portal de Cliente, para que a **MEDEMPRESA** possa dar cumprimento às suas obrigações;
- d) Proceder de forma a que os seus trabalhadores cooperem visando dar cumprimento ao disposto neste contrato.

MM
B

CLÁUSULA 4ª
(Proteção dos Dados)

Aplicam-se os termos em seguida definidos, à presente cláusula sobre proteção de dados pessoais e que tem a seguinte redação:

"PROTEÇÃO DE DADOS

1. DEFINIÇÕES

"Responsável pelo Tratamento de Dados" deverá significar "a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determine as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios de tratamento sejam determinados pelo direito da União ou de um Estado-Membro, o responsável pelo tratamento ou os critérios específicos aplicáveis à sua nomeação podem ser previstos pelo direito da União ou de um Estado-Membro."

Para os efeitos deste Contrato, a EMPRESA é a Responsável pelo Tratamento dos Dados.

"Subcontratante" deverá significar "a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes.

Para os efeitos deste Contrato, o Subcontratante é a MEDEMPRESA.

"Lei de Proteção de Dados" significa toda a legislação, regulamentação e orientações aplicáveis sobre proteção de dados e privacidade incluindo, o Regulamento (UE) 2016/679 (**"Regulamento Geral de Proteção de Dados"** ou o **"RGPD"**) e qualquer legislação àquele referente e adotada;

"Autoridade de Controlo" significa a Comissão Nacional de Proteção de Dados ou qualquer outra Autoridade de Controlo com jurisdição sobre qualquer uma das PARTES, e em cada um dos casos qualquer entidade que a venha a suceder no decurso do tempo;

"Titular dos Dados" significa "uma pessoa singular identificada ou identificável; é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular";

"Dados Pessoais" significa "informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável; é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular";

"Dados Pessoais da EMPRESA" significa Dados Pessoais tratados pela MEDEMPRESA por conta da EMPRESA de acordo ou com conexão com o Contrato de Prestação de Serviços.

"Finalidades" significa as finalidades do Tratamento estabelecidas no **Anexo II** (Instruções para o tratamento de Dados Pessoais)

1. OBRIGAÇÕES GERAIS DA MEDEMPRESA

A MEDEMPRESA fica obrigado a:

- 1.1 Tratar os **Dados Pessoais da EMPRESA** apenas para a execução do contrato de prestação de serviços, e em cumprimento com as instruções previstas no **Anexo II** (Instruções para o Tratamento dos Dados Pessoais) ou outras instruções escritas, avulsas, que tenham recebido da **EMPRESA** (as "Instruções").
- 1.2 Implementar as medidas de segurança técnicas e organizativas que forem adequadas, incluindo o cumprimento de medidas de segurança.
- 1.3 Fornecer à **EMPRESA** total assistência no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações que para esta resultam da Lei de Proteção de Dados, nomeadamente, no que diz respeito às medidas de segurança no tratamento de dados, notificação e comunicação de violações de dados pessoais, avaliações de impacto sobre a proteção de dados e eventuais consultas prévias que tenha de realizar junto da Autoridade de Controlo.
- 1.4 Fornecer à **EMPRESA** total cooperação e assistência em relação a qualquer queixa ou pedido que seja efetuado em relação aos **Dados Pessoais da EMPRESA**, por parte dos Titulares dos Dados ou por parte da Autoridade de Controlo, notificando a **EMPRESA** prontamente (mas em qualquer caso, no prazo máximo de 24 horas) caso:

- Am
- 1.4.1 Receber qualquer queixa efetuada a uma Autoridade de Controlo ou qualquer comunicação por parte de uma Autoridade de Controlo ou pedido apresentado por parte do Titular dos Dados, relacionado com a forma como trata os **Dados Pessoais da EMPRESA**;
- 1.4.2 Esteja legalmente obrigada a proceder a um tratamento referente aos **Dados Pessoais da EMPRESA**, para além das Instruções que lhe foram dirigidas, caso em que, informará a **EMPRESA** a obrigação legal existente, exceto se, a lei proibir tal divulgação;
- 1.4.3 Receber qualquer pedido de/ou em representação dos Titulares dos Dados que lhe tenham sido enviados no exercício dos direitos previstos na Lei de Proteção de Dados.

- 1.5 Não transferir os **Dados Pessoais da EMPRESA** para fora do Espaço Económico Europeu, sem o consentimento prévio e por escrito da **EMPRESA**. Nos casos em que tal consentimento tenha sido conferido, a **MEDEMPRESA** tomará as demais ações que a **EMPRESA** ordenar (incluindo a celebração das Cláusulas Contratuais-tipo) para garantir que a transferência esteja sujeita a medidas de segurança adequadas.
- 1.6 Notificar a **EMPRESA** sempre que, tenha uma opinião fundada de que a execução de uma instrução para tratamento pode originar uma violação da Lei da Proteção de Dados.
- 1.7 Não agregar ou proceder à interconexão dos **Dados Pessoais da EMPRESA** com outros pertencentes a entidades terceiras, exceto se a **EMPRESA** assim o tiver previamente autorizado por escrito.
- 1.8 Armazenar os **Dados Pessoais da EMPRESA** separados, num sistema de lógica, de quaisquer outros pertencentes a entidades terceiras a não ser que tal agregação decorra de uma autorização concedida pela especificidade própria do Serviço ou, mediante autorização escrita das PARTES.
- 1.9 No caso do presente Contrato terminar por qualquer motivo, a **EMPRESA** terá o direito de requerer que a **MEDEMPRESA**:
- 1.9.1 Devolva os **Dados Pessoais da EMPRESA** de forma segura à **EMPRESA**; e/ou
- 1.9.2 Apague, de forma segura, os **Dados Pessoais da EMPRESA** de todo o seu sistema de Software e/ou Hardware; e/ou
- 1.9.3 Se certifique que os **Dados Pessoais da EMPRESA** foram apagados com segurança de todo o seu sistema de Software e/ou Hardware e dos sistemas dos seus trabalhadores, agentes ou sub-subcontratantes (conforme aplicável).
- 1.10 Se por imperativo legal a **MEDEMPRESA** estiver obrigada a manter uma cópia dos **Dados Pessoais da EMPRESA** aqueles fornecerá por escrito à **EMPRESA**, o detalhe dos **Dados Pessoais da EMPRESA** que irá manter e o fundamento legal para essa retenção.
- 1.11 Na eventualidade de os **Dados Pessoais da EMPRESA** detidos pela **MEDEMPRESA** ou por qualquer trabalhador deste, agente ou Sub-subcontratados terem sido corrompidos, perdidos, suficientemente degradados que os tenham tornados inutilizáveis, em consequência de qualquer violação do presente Contrato ou por negligência da parte da **MEDEMPRESA** ou dos seus trabalhadores, agentes ou sub-subcontratados, a **MEDEMPRESA** implementará a seu custo as necessárias medidas para reestabelecer os **Dados Pessoais da EMPRESA**.

2. SEGURANÇA

- 2.1 A **MEDEMPRESA** implementará as medidas de segurança técnicas e organizativas que forem adequadas a garantir a confidencialidade e integridade dos **Dados Pessoais da EMPRESA** e prevenir qualquer processamento ilegal ou a divulgação dos mesmos, tendo em consideração o estado da arte, os custos de implementação, a natureza, o escopo, contexto e finalidades do tratamento, bem como os riscos de probabilidade e gravidade variável, para os direitos e liberdades dos titulares dos dados.
- 2.2 A **MEDEMPRESA** deverá:
- 2.2.1 Implementar e testar as Medidas de Segurança implementadas para avaliar a sua eficiência e garantir a segurança, confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência dos **Dados Pessoais da EMPRESA**;

- ML
B
- 2.2.2 Implementar e testar o seu plano de continuidade de negócio e de recuperação de desastres para avaliar a eficiência dos referidos planos;
 - 2.2.3 Testar as instalações de backups que contenham os **Dados Pessoais da EMPRESA**.
 - 2.2.4 A MEEMPRESA efetuará um registo escrito de todos os testes que realize ao abrigo da presente Cláusula.

3. REGISTO DOS TRATAMENTOS

- 3.1 A MEEMPRESA conservará um registo atualizado de todas as atividades de tratamento sob a sua responsabilidade resultantes do presente Contrato, devendo o mesmo conter pelo menos, as seguintes informações:
 - 3.1.1 Os dados da MEEMPRESA, os dados da EMPRESA e do Encarregado de Proteção de Dados da MEEMPRESA;
 - 3.1.2 As finalidades dos tratamentos realizados por conta da EMPRESA;
 - 3.1.3 Os detalhes das transferências realizadas para países terceiros e quando aplicável, a descrição das garantias adequadas que foram aplicadas;
 - 3.1.4 Um registo preciso das Medidas de Segurança que tenham sido implementadas;
 - 3.1.5 Identificação dos Sub-subcontratantes a que tenha recorrido, quando a tal autorizado nos termos do presente contrato, com a identificação e detalhes dos concretos tratamentos realizados, localização do Serviço, eventuais transferências para fora do EEE e medidas de segurança aplicadas;
 - 3.1.6 a MEEMPRESA fornecerá à EMPRESA ou à Autoridade de Controlo quando tal lhe for solicitado, os registos referidos na presente Cláusula.

4. NOTIFICAÇÃO DE UMA VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 4.1 A MEEMPRESA notificará a EMPRESA, sem demora justificada, assim que tiver conhecimento da ocorrência, da suspeita ou da ameaça de uma exposição não autorizada, acesso, divulgação, tratamento, uso, comunicação, apagamento, revisão, encriptação, reprodução ou transmissão de qualquer componente dos **Dados Pessoais da EMPRESA**, acesso não autorizado (físico ou não físico) aos **Dados Pessoais da EMPRESA** ou qualquer perda, estrago, corrupção ou destruição dos **Dados Pessoais da EMPRESA**.
- 4.2 A notificação prevista na presente Cláusula deverá incluir a seguinte informação:
 - 4.2.1 Detalhes sobre a natureza do Incidente, incluindo as categorias de dados e número aproximado de Titulares de Dados e registos que tenham sido afetados;
 - 4.2.2 Os contactos da pessoa da MEEMPRESA que ficará encarregue de estabelecer os contactos e comunicações entre aquele e a EMPRESA devendo aquele estar acessível e contactável 24 horas por dia e 7 dias por semana;
 - 4.2.3 As consequências prováveis decorrentes do Incidente;
 - 4.2.4 Medidas para remediar que tenham sido implementadas ou medidas sugeridas para mitigar ou conter o Incidente de Segurança;
- 4.3 Será a EMPRESA que decidirá, mediante critérios próprios de discricionariedade, se deverá ou não e em que termos, notificar os Titulares dos Dados, entidades terceiras, ou Autoridades de Controlo e a MEEMPRESA não procederá à notificação dos Titulares dos Dados, entidades terceiras ou Autoridades de Controlo, sem que tal notificação por parte da MEEMPRESA seja legalmente exigida ou previamente autorizada pela EMPRESA.
- 4.4 A MEEMPRESA manterá registo atualizado que fornecerá à EMPRESA sempre que tal lhe seja solicitado, todos os incidentes referentes aos **Dados Pessoais da EMPRESA**.

5 CONTRATAÇÃO DE OUTRO SUBCONTRATANTE POR PARTE DO SUBCONTRATANTE (SUB-SUBCONTRATANTE)

5.1 A MEDEMPRESA não permitirá que entidades terceiras tenham acesso aos **Dados Pessoais da EMPRESA**, ficando a MEDEMPRESA desde já autorizada a recorrer a Médicos, Enfermeiros e Técnicos de Saúde subcontratantes (conforme definição estabelecida pelo Regulamento de Proteção de Dados) para proceder ao tratamento ou qualquer obrigação decorrente do presente Contrato.

5.2 Nos casos em que a MEDEMPRESA subcontrate qualquer uma das suas obrigações (recorrendo, conforme o ponto anterior, a, Médicos, Enfermeiros e Técnicos de Saúde subcontratantes, deverá ser estabelecido entre aquelas partes, um contrato escrito que tenha como objeto o referido tratamento de dados, e com conteúdo equivalente àquele que consta do contrato celebrado entre a MEDEMPRESA e a EMPRESA nos termos do presente contrato, e pela duração do contrato estabelecido entre estas;

6. COLABORADORES

6.1 A MEDEMPRESA deverá:

6.1.1 Adotar as medidas adequadas para garantir a fiabilidade de todos os seus trabalhadores, agentes e Sub-subcontratantes que tenham acesso aos **Dados Pessoais da EMPRESA**.

6.1.2 Garantir que o acesso aos **Dados Pessoais da EMPRESA** só é permitido aqueles trabalhadores, agentes e Sub-subcontratantes que verdadeiramente necessitem de aceder aos mesmos, e apenas para as finalidades [executar as suas obrigações/o Serviço] previstas no presente Contrato;

6.1.3 Garantir que os trabalhadores, agentes e sub-contratantes que, tenham acesso aos **Dados Pessoais da EMPRESA**:

6.1.3.a Sejam informados da sua natureza confidencial e sujeitos às obrigações contratuais adequadas de confidencialidade;

6.1.3.b Recebam formação adequada sobre a Legislação referente a Dados Pessoais e sobre o tratamento e cuidado que deve incidir sobre os dados pessoais;

6.1.3.c Cumpram com as obrigações previstas no presente Contrato.

7. A interpretação de quaisquer conceitos da presente cláusula será feito em harmonia com o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016

CLÁUSULA 5ª

(Atualizações)

1. Pelos serviços descritos no n.º 1 da Cláusula 2ª acima e que devem ser especificados no anexo a que se refere o n.º 4 da mesma, pagará a EMPRESA à MEDEMPRESA o valor que é fixado no mesmo em função do âmbito de serviços efetivamente contratado em cada momento, onde se discriminarão entre os preços isentos de IVA (serviços de Saúde do Trabalho), dos serviços sujeitos a tal tributação à taxa em vigor (serviços de Segurança no Trabalho).
2. A realização de quaisquer Exames Complementares de Diagnóstico que o Médico do Trabalho solicite para além dos descritos em Anexo, com a prévia anuência da EMPRESA para completar a sua observação sobre o estado de saúde do trabalhador, bem como a realização de atividades técnicas de Segurança para além das descritas em Anexo a este contrato ou a prestação de serviços de Medicina Curativa serão faturados isoladamente e para além do pagamento referido em 1.
3. O acerto dos valores, para efeitos da renovação contratual a que alude a cláusula 9ª, será negociada entre a MEDEMPRESA e a EMPRESA em prazo compatível com o direito de denúncia.

4. Anualmente as partes reservam-se o direito de rever as condições contratuais, sendo os valores a que se refere a Cláusula 5ª automaticamente atualizados de acordo com a taxa de inflação média anual, do ano civil anterior à data de renovação e publicada pelo Instituto Nacional de Estatística.

CLÁUSULA 6ª

(Incumprimento)

1. A qualquer uma das partes assiste o direito de, a qualquer momento, resolver o presente contrato em caso de incumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações aqui previstas ou impostas por lei.
2. A parte não faltosa deverá comunicar à parte faltosa, por carta registada com aviso de receção, que pretende resolver o contrato, conferindo-lhe, no entanto, um prazo não inferior a 30 (trinta) dias para pôr termo à situação ou incumprimento ou cumprimento defeituoso. Findo o qual e sem que a parte faltosa tenha corrigido a situação, poderá comunicar – lhe a sua decisão de resolver o mesmo.

CLÁUSULA 7ª

(Motivos de força maior)

1. Nenhuma das partes será responsável perante a outra pelo não cumprimento das suas obrigações causado ou resultante de motivo de força maior. Por força maior, entender-se-á qualquer evento imprevisível e insuperável, alheio à vontade ou ao controlo da parte e que impeça, total ou parcialmente, definitiva ou temporariamente, de cumprir as suas obrigações, nomeadamente as catástrofes naturais, como incêndios, inundações, terremotos e cortes prolongados de comunicação.
2. A parte cujo cumprimento for afetado por tal motivo deverá, de imediato, notificar a outra parte e fornecer provas razoáveis dos fatos que afetaram o seu cumprimento.
3. Se as referidas causas não puderem ser, por qualquer razão, ultrapassadas no prazo de 30 (trinta) dias contados desde a data da ocorrência, a outra parte poderá resolver este contrato, sem que a nenhuma das partes assista direito ou ação contra a outra, exceto no que se refere a quantias já vencidas ou devidas por serviços efetuados.

CLÁUSULA 8ª

(Início e Duração de Contrato)

O presente contrato tem início a 01 de abril de 2020, terá a duração de 24 meses, considerando-se automaticamente renovado por iguais períodos se até 60 dias do seu termo ou renovação não for denunciado por qualquer das partes.

CLÁUSULA 9ª

(Disposições finais)

Para dirimir qualquer questão emergente da validade, interpretação ou execução do presente contrato e que as partes não resolvam amigavelmente, é competente o foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi feito em duas vias, ficando uma em poder da MEDEMPRESA e entregue outro à EMPRESA.

Lisboa, 27 de março de 2020

EMPRESA

QUATERNAIRE PORTUGAL

CONSTITUÍDA PARA O DESENVOLVIMENTO, S.A.

Administração

Ass. Ana Maria Figueira da Silva, Presidente da A.L.
Maria Elvira Figueira de Silva Salvo

MEDEMPRESA

ANEXO I

(a que se refere a Cláusula 2ª do Contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho)

O presente anexo é parte integrante do assinado em 27 de março de 2020, e vai ser datado e assinado pelas partes.

A. SERVIÇOS DE SAÚDE

1. Os serviços de Saúde ao abrigo do contrato incluem:

- a. Abertura e organização de um ficheiro clínico individual, contendo também a identificação do posto de trabalho de cada trabalhador, em fichas próprias.
- b. **Exames de Admissão:** antes do início da prestação do trabalho ou, quando a urgência da admissão o justificar, nos 15 dias seguintes.
- c. **Exames Periódicos:** anuais para os menores de 18 anos e para os maiores de 50 anos, e de 2 em 2 anos para os restantes trabalhadores.
- d. **Exames Ocasionais:** sempre que haja alterações substanciais nos meios utilizados, no ambiente e na organização do trabalho suscetíveis de repercussão nociva na saúde do trabalhador, bem como no caso de regresso ao trabalho depois de uma ausência superior a 30 dias por motivo de doença ou de acidente.
- e. Análise das aptidões condicionais e inaptidões, visando a sua readaptação ou troca de posto de trabalho com o Departamento de Recursos Humanos da EMPRESA.
- f. Disponibilização das fichas de aptidão no Portal de Cliente.
- g. Envio dos dados para a elaboração do Anexo D do Relatório Único a enviar às entidades competentes.
- h. Realização de Exames Complementares de Diagnóstico:
 - **Análises Clínicas:** Hemograma, Urina II, Glicémia, Colesterol Total
 - **Eletrocardiograma**

NOTA: É responsabilidade da EMPRESA o envio dos seus trabalhadores para os exames nos dias e horários acordados, bem como o registo das informações necessárias sobre baixas/acidentes do trabalho no Portal de Cliente devendo, nestes casos e de acordo com o artigo n.º 108, ponto 3, alínea c) da Lei nº 102/2009, enviar os Trabalhadores em causa a exame ocasional.

2. Local da realização dos exames médicos:

- **Medempresa Lisboa** com localização na Avenida da República nº 57 3º andar 1050-189 Lisboa
- **Medempresa Porto** com localização na Casa da Saúde da Boavista, Rua Domingos Machado nº 186 4250-201 Porto

3. Pelos serviços nas alíneas a) a h), descritos no ponto 1 deste anexo, o valor do pagamento da **EMPRESA** à **MEDEMPRESA** será de 33,00€ (trinta e três euros) por colaborador, isentos de IVA.

4. As faltas dos colaboradores da EMPRESA aos exames marcados, não comunicadas com a antecedência mínima de 48 horas, implicam o pagamento da quantia de € 8,00 (oito euros) por cada falta verificada.

B. SERVIÇOS DE SEGURANÇA

1. Visita anual, no primeiro ano do contrato para verificação da conformidade legal e normativa das instalações em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho, incluindo:
 - a. Avaliações Ambientais: Iluminação, Temperatura e Humidade Relativa do Ar
 - b. Emissão de relatório técnico, incluindo plano de ações corretivas e recomendações para as situações identificadas como não conformes

2. Visita anual, no segundo ano do contrato, para emissão de Avaliação de Riscos com descrição de atividade de trabalho desenvolvida, identificação de todos os riscos por função, com respetiva categorização em termos de probabilidade de ocorrência e gravidade das consequências e definição de medidas preventivas para mitigar os impactos e a probabilidade de ocorrência destes.

Nota: Está excluído da avaliação de riscos, descrita no ponto 2) acima, a avaliação de riscos associada a atividades desenvolvidas em instalações ou locais externos que não pertencentes à **EMPRESA**, bem como avaliações específicas de exposição a agentes físicos (ruído e vibrações), químicos ou biológicos e a aplicação de metodologias específicas para quantificação dos níveis de exposição e dos fatores de risco biomecânicos (ergonómicos) e psicossociais.

3. Caso as visitas agendadas para a visita do técnico de Segurança do Trabalho não se realizem por indisponibilidade da empresa, será cobrado um valor de 25,00 € + IVA pela deslocação e despendimento de tempo do técnico
4. Serviços incluídos:
- Análise e investigação de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais
 - Notificação de alterações legislativas ou entrada em vigor de legislação aplicável à atividade desenvolvida
 - Entrega de dados relativos à atividade do ano transato para o Anexo D do Relatório Único
 - Manutenção e conservação de registos e documentação técnica.
5. Pelos serviços acima descritos nos pontos 1), 2) e 3), pagará a **EMPRESA** à **MEDEMPRESA** o valor anual de 120,00 € (cento e vinte euros) + IVA por instalação.
- Instalação em Matosinhos: Rua Tomás Ribeiro nº 412 2º andar 4450-295 Matosinhos
 - Instalações em Lisboa: Avenida 5 de Outubro nº 77 6º esquerdo 1050-049 Lisboa
6. A taxa de IVA em vigor é de 23%
7. A **Empresa** em caso de mudança de instalações fica obrigada a comunicar à **Medempresa** a nova morada para realização dos serviços com prazo de 30 dias.

C. Outras informações

- Identificação do Médico de Trabalho e Técnico responsável
 - Médico de Trabalho Christiano Freitas com Cédula Profissional Nº 47919
 - Técnico responsável Joaquim Nunes com CAP Nº 14031207RC6
- Universo de Trabalhadores inicialmente abrangidos: 20
- A faturação dos serviços terá uma periodicidade mensal, a realizar no último dia útil do mês de realização dos serviços.
- O pagamento dos serviços é feito a 30 dias.

ANEXO II

(a que se refere a Cláusula 4ª do Contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho)
O presente anexo é parte integrante do assinado em 27 de março de 2020, e vai ser datado e assinado pelas partes.

Finalidades do tratamento dos Dados Pessoais	
Titulares dos dados	Colaboradores da EMPRESA
Categorias dos dados	Para execução do CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO, serão necessários dados de identificação pessoal e profissional (e.g. Nome, Sexo, Nacionalidade, Data de Nascimento, Número de Contribuinte, Número Mecanográfico, Função, Estabelecimento, Data de Admissão, Posto de Trabalho, E-mail, Telemóvel, entre outros) e dados de saúde
Categorias especiais de dados	Dados de saúde dos titulares dos dados
Finalidades do tratamento	Prestação de serviços no âmbito de Saúde e Segurança no Trabalho conforme a Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, revogada pela Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho
Natureza do tratamento	Recolha e acesso dos dados pessoais incluindo categorias especiais de dados dos colaboradores da EMPRESA
Duração do tratamento	O processo clínico/ ficha clínica (constituído pelos dados individuais e administrativos do trabalhador, anamnese profissional, o exame objetivo sistemático e a vigilância biológica quando adequada) dos colaboradores devem ser guardados por um período de 40 anos (conforme alínea 3, do artigo n.º 46 da Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro)

Lisboa, 27 de março de 2020

EMPRESA

QUATERNAL PORTUGAL
CONSULTORIA PARA O DESENVOLVIMENTO, S.A.

A Administração
Mania Elisa Pêcher de Silva Salo

MEEMPRESA